

REVISTA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

# SITIENTIBUS

## POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

ARTIGO

### ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

#### *TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION IN FAMILY AGRICULTURE FROM THE GENDER PERSPECTIVE*

EDIMARE RIBEIRO COSTA

Mestrado Profissional em Planejamento Territorial – PLATERR da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/BA.

E-mail: edimarecosta@gmail.com

ACÁCIA BATISTA DIAS

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente do Mestrado Profissional em Planejamento Territorial – PLANTERR da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/BA. E-mail: acacia@uefs.br

#### RESUMO

Este trabalho identifica as estratégias de intervenção da ATER desenvolvidas nos serviços prestados pelos técnicos(as) da COOPERA, nas chamadas públicas de 2012 e 2015, em três municípios do Território Litoral Norte e Agreste Baiano, com base nas ações que contemplam as relações de gênero. Tem por objetivo analisar as dificuldades dos técnicos(as) para trabalhar as questões específicas das mulheres agricultoras familiares nesse serviço. Utilizou-se a metodologia de base qualitativa, com uso de entrevistas semiestruturadas e análise documental. As análises oriundas do trabalho de campo revelam ausência de qualificação técnica específica para assistência às mulheres rurais, assim as orientações metodológicas utilizadas pela equipe de ATER não inclui enfoques de gênero, o que reitera a necessidade de formação continuada em gênero para esses(as) profissionais.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; ATER; Técnicos(as).

#### ABSTRACT

This work identifies the ATER intervention strategies developed in the services provided by COOPERA technicians, in the public calls for 2012 and 2015, in three municipalities in the North Coast and Agreste Baiano Territory, based on actions that contemplate gender relations. It aims to analyze the difficulties of the technicians to work on the specific issues of women family farmers in this service. Qualitative methodology was used, using semi-structured interviews and document analysis. The analyzes coming from the fieldwork reveal the absence of specific technical qualification for assistance to rural women, so the methodological guidelines used by the ATER team do not include gender approaches, which reiterates the need for continuing gender training for these professionals.

**Keywords:** Family Farming; ATER; Technicians.



## INTRODUÇÃO

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é definida como um serviço gratuito, direcionado aos agricultores familiares, de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Esse conceito está amparado na Lei 12.188/10, e representa o resultado de diversas discussões da sociedade civil envolvidas com a ATER ocorridas no I Seminário Nacional que aconteceu em 1997 em Brasília.

Historicamente, a ATER foi implantada no final da década de 1940 e teve diversas transformações na sua estrutura e no processo de efetivação. A sua trajetória é marcada por uma execução amparada por entidades públicas e privadas à uma pequena parcela de agricultores, com foco na concessão de crédito. Esse modelo de “desenvolvimento rural” promoveu efeitos negativos para os pequenos agricultores, os quais refletem até os dias atuais, por se tratar de uma proposta de desenvolvimento que não possui sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Entretanto, a ATER atualmente incorpora e incentiva uma prática agrícola ecologicamente sustentável e socialmente justa, o que se constitui em importante estratégia de desenvolvimento para o meio rural.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>1</sup>, por meio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), em parceria com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) elaborou e implementou no ano de 2004 a política de ATER Setorial para as Mulheres, o que representa uma assistência técnica para fortalecer as trabalhadoras rurais e promover a igualdade entre homens e mulheres. Apesar da importância da elaboração e implantação dessa política, percebe-se que de fato a mesma não se realizou, principalmente pela falta de investimento na qualificação com uso de uma abordagem metodológica que trabalhasse as questões de gênero.

Na prática da ATER verifica-se que a implementação, em alguns casos, ainda acontece de forma desigual, ou seja, há um maior direcionamento para os homens, os quais continuam sendo considerados pelos(as) técnicos(as) como os chefes da família. Reforçando a dificuldade dos mesmos em discutir e tratar as questões relacionadas às especificidades de gênero.

Diante dessa situação algumas inquietações emergiram, motivando esse trabalho. A saber, em que medida a perspectiva de gênero é considerada nos serviços desenvolvidos pela ATER?

Um desafio enfrentado pelos técnicos(as) diz respeito ao conteúdo referente às questões de gênero, ou seja, muitos têm dificuldade de trabalhar as temáticas sobre o fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos, a possibilidade de inclusão e aquisição dos direitos sociais através de uma atuação mais ativa no debate sobre as

políticas públicas, e definição dos próprios projetos de vida. Estes conteúdos e temáticas devem ser abordados também através da sensibilização dos homens rurais, por meio do debate sobre a divisão sexual do trabalho, desenvolvendo atividades que os aproximem do universo doméstico e do cuidado com os filhos; autonomia financeira, através da organização das agricultoras familiares para a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma; equidade social visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão; e inclusão através do incentivo para estas mulheres na participação nos espaços públicos e de cunho técnico.

A área de abrangência dessa pesquisa se circunscreve ao Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, no qual atua a Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas (COOPERA). Os municípios trabalhados foram: Alagoinhas, Inhambupe e Sátiro Dias nas comunidades que possuem maior número de beneficiárias mulheres, atendidas pelo serviço de ATER.

A COOPERA é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1986. Sua sede e o foro jurídico estão localizados na comarca do município de Inhambupe-BA. Esta cooperativa nasceu da necessidade dos pequenos produtores organizados em associações comercializar a produção agropecuária a preço justo. (COOPERA, 2016).

Durante muito tempo, a ATER foi desenvolvida de forma desigual, ou seja, com os homens rurais havia um empenho dos técnicos em discutir assuntos voltados para a produção e comercialização; já com as mulheres, os temas eram circunscritos ao espaço doméstico e aos cuidados com a família. Isso contribuiu para fortalecer a chamada divisão sexual e social do trabalho. Para que a ATER contribua com o fortalecimento e autonomia das mulheres, para que elas possam participar das discussões e decisões sobre a produção e comercialização se faz necessário constituir um conjunto de ações articuladas com movimentos e organizações feministas, de forma a possibilitar promoção da autonomia econômica e equidade de gênero. Assim, esse artigo objetiva analisar as dificuldades dos técnicos(as) em trabalhar as questões de gênero no serviço de ATER.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta pesquisa, o foco da análise está no diálogo entre a prática e a teoria proposta pela ATER, na perspectiva de gênero, considerado como um dos temas transversais das chamadas públicas de 2012 e 2015. Para isso foi utilizada a técnica do estudo de caso, que segundo Yin (2001), é uma investigação empírica que averigua um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Com o estudo de caso foi possível identificar, analisar e avaliar o problema, e propor soluções.

A pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos, dissertações, teses, consultas a banco de dados) foi utilizada para fundamentar o debate teórico e conceitual. Além do material bibliográfico sobre a temática tem-se também como fonte de pesquisa, alguns documentos e registro da COOPERA referente aos serviços prestados de ATER, nas chamadas públicas, estas também foram analisadas nessa pesquisa.

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, a fim de observar as dificuldades dos/as técnicos(as) para trabalhar as questões de gênero. Ao total foram realizadas três entrevistas com técnicos/a, dois homens e uma mulher, os quais são responsáveis pelo serviço de ATER nas comunidades que fazem parte da pesquisa. Todos possuem formação em técnico agrícola. Desses, dois possuem nível superior incompleto (um técnico e uma técnica). Cada técnico é responsável por atender 90 (noventa) famílias, 30 (trinta) famílias por comunidade. Esses técnicos(as) geralmente atuam nos municípios e nas comunidades onde residem ou que estão mais próximos de sua residência.

Apesar da COOPERA atuar em quatro municípios do Território, os locais selecionados para a pesquisa foram três: Alagoinhas, Inhambupe e Sátiro Dias. Esta delimitação teve como critério de seleção das comunidades, aquelas que possuíam maior número de beneficiárias mulheres, atendidas pelo serviço de ATER, já o município de Aporá não possui nenhuma comunidade com tal característica, o que justifica a sua exclusão. Com base nesse critério, as comunidades selecionadas foram: Rio Branco, Km 08 e Terra Vermelha, vinculadas aos municípios de Alagoinhas, Inhambupe e Sátiro Dias, respectivamente.

Compõe as narrativas desse trabalho profissionais que estão diretamente vinculados à assistência técnica e extensão rural. Dessa forma, realizou-se entrevista semiestruturada com o coordenador de ATER da COOPERA, com dois técnicos e uma técnica de ATER que atuam no referido Território.

Ao reconhecer as desigualdades existentes nas relações de gênero que se estabelecem na sociedade, é necessário trabalhar com a formação dos(as)técnicos(as), para que estes(as) estejam capacitados(as) e sensibilizados(as) nesta perspectiva e estimulem as mulheres agricultoras familiares na expectativa de mudanças reais que proporcionem à sustentabilidade desejada para suas vidas e o desenvolvimento rural.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR**

Foi a partir da década de 1990 que o tema do desenvolvimento rural, no Brasil, ganha novas abordagens com destaque para a agricultura, em razão das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no Estado como consequência da implementação de políticas públicas, que fortalecem a agricultura familiar e trazem o desenvolvimento sustentável para essa categoria, fazendo

com que o agricultor(a) consiga viver de maneira mais digna, com base nos três pilares definidos na Lei 11.362/06 – a saber: não deter, a qualquer título, área maior que quatro módulos fiscais<sup>2</sup>; utilização predominante de mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e obter percentual mínimo da renda familiar originada de atividade econômica do seu estabelecimento ou empreendimento.

Segundo Carvalho (2005), a agricultura familiar é uma categoria social recente<sup>3</sup>. No entanto, sua utilização com significado e abrangência que lhe tem sido atribuída nos últimos anos no Brasil possui novidades e renovação.

Abramovay (1997) ressalta também que a produção familiar é aquela em que a administração da propriedade e a maior parte do trabalho advêm de pessoas que mantêm entre si vínculos familiares. Segundo Buainain e Romeiro (2000), é quando se produz com base na mão de obra familiar, recorrendo à mão de obra assalariada apenas de forma casual ou em quantidade menor que à mão de obra familiar.

Assim, o conceito de agricultura familiar deve ser entendido como aquele onde a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (CARVALHO, 2005).

Com base nas reflexões dos autores acima percebe-se uma semelhança na definição da referida categoria, no que diz respeito a mão de obra utilizada e a gestão da propriedade que é familiar. Um fato importante a destacar na agricultura familiar é a diversidade produtiva mesmo com o pouco acesso à terra e a capacidade desta contribuir de forma efetiva para o abastecimento do país, como pode ser observado no levantamento feito pelo Governo Federal (2018):

A agricultura familiar tem um peso importante para a economia brasileira. Com um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões... De acordo com o último Censo Agropecuário, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. A agricultura familiar ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (BRASIL, 2018).

Diversificar a agricultura familiar possibilita uma ampliação da produção e uma maior conexão com a proposta de desenvolvimento rural sustentável. Contudo, sua viabilização requer acesso às políticas públicas de assistência técnica, acesso à terra e a água, aos mercados, a inovação, ao crédito, a saúde, a educação, entre outros.

### **BREVE REFLEXÃO SOBRE GÊNERO**

Incorporar a perspectiva de gênero nas políticas públicas se constitui em uma árdua tarefa. É necessário que os gestores, implementadores e executores destas avaliem

e reavaliem os conceitos, o conhecimento e a compreensão dessa temática, para que se alcance os objetivos esperados. É um desafio a ser superado na sociedade, com muita resistência e conflitos, que depende da existência de organizações de mulheres rurais fortes e persistentes para reivindicar seus direitos.

Os estudos de gênero estão interconectados com as lutas libertárias dos anos 1960, mais particularmente dos movimentos sociais de 1968: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os blackpanthers, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA e a luta contra a ditadura militar no Brasil. O campo de estudos de gênero ou relações de gênero no Brasil surgiu nos anos 1970/1980 em torno da problemática da condição feminina, ou seja, inicialmente pensava-se que havia um problema da mulher que deveria ser pensado unicamente por elas (GROSSI, 1999).

Para Cordeiro e Scott (1999), no Brasil, as reflexões sobre mulheres e relações de gênero em contextos rurais alcançaram uma maior visibilidade após a década de 1980. Três vertentes se destacam na contribuição desse debate: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras organizadas em grupos e movimentos sociais; as pesquisas etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos(as), populações indígenas, comunidades de coletores(as) e pescadores(as), etc. Para Grossi (1999):

[...] a partir dos anos 1980, deixa-se de falar de “condição feminina” e se passa aos estudos sobre as mulheres. A partir das pesquisas feitas na década anterior, percebe-se que não é possível falar de uma única condição feminina no Brasil, uma vez que existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos, entre as mulheres brasileiras (GROSSI, 1999, p. 3).

O MDA teve um importante papel ao introduzir a perspectiva de gênero nos seus projetos e programas, e estabeleceu diversas cotas, em 2000 e 2001, destinadas inicialmente, 30% de todos os recursos para as mulheres assentadas da reforma agrária e que tivessem propriedades da agricultura familiar.

A Secretaria de Políticas para a Mulher promoveu ações que permitiram a construção do I, II e III Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, ocorrida em 2004, 2008 e 2013, respectivamente, na qual houve uma ampla participação da sociedade civil, movimento rurais e urbanos, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, através das Conferências municipais, estaduais e nacional - fato fundamental para o processo de consolidação e amadurecimento das políticas públicas, haja vista se tratar de momentos onde acontecem discussões da sociedade civil e do poder público, que fazem com que os argumentos sejam fortalecidos, através da participação

organizada da população.

Mas, apesar das conquistas, verifica-se na prática que ainda existem muitas discriminações ligadas ao gênero, pois a sociedade brasileira está historicamente estruturada sobre bases patriarcais e racistas e privilegia categorias e grupos hegemônicos em detrimento dos excluídos. Para Silva (2004), “nas primeiras décadas do século XX, a participação feminina nas questões que envolviam o trabalho era considerada uma ameaça, como se as mulheres, e não os capitalistas fossem o inimigo” (SILVA, 2004, p. 276). Isso ainda permanece nos dias atuais, logo é necessário criar estratégias para transformar essa realidade e encarar essas discriminações como uma demanda social pela busca da equidade.

Os conceitos e as relações de gênero revelam construções pautadas nas desigualdades e assimetrias existentes entre os indivíduos, expressas nas relações de poder e nas especificidades da classe social, da raça/etnia, da localização social entre urbano e rural, entre outros marcadores sociais. Foucault (1985) ao definir o poder como algo relacional, que tem circulação, práticas e exercícios dinâmicos, revelam que as hierarquias de gênero são construções sociais, logo podem e devem ser desconstruídas e reelaboradas sobre pilares mais equânimes, baseados no reconhecimento de direitos dos diferentes sujeitos sociais.

Assim, como destacam Heilborn e Rohden (2009), o modo como cada cultura constrói o gênero definirá um determinado padrão de organização das representações e das práticas sociais no mundo público e na vida privada, estabelecendo lugares distintos para homens e mulheres e uma dinâmica peculiar entre ambos.

## **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL**

A ATER foi implantada no final da década de 1940, em Minas Gerais, por setores privados e assessorados por técnicos estrangeiros. Ao longo da década de 1950 foi se expandindo para outros Estados. Até 1973, esse serviço era prestado por associações a uma pequena parcela de agricultores, com foco na concessão de crédito.

A primeira Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) foi criada em Minas Gerais, em 1948, através da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), e tinha como objetivo difundir o modelo do serviço de extensão norte americano (PETTAN, 2010).

Em relação às atividades e ações relacionadas à oferta dos serviços de ATER para a agricultura brasileira, o governo João Goulart (1961-1964) realizou a primeira tentativa concreta de fixar diretrizes políticas para a agricultura reconhecendo, ao mesmo tempo, a extensão rural e a pesquisa agropecuária como instrumentos da política agrícola (PETTAN, 2010).

Assim, nas décadas de 1950, o Ministério da Agricultura incentivou os germes da penetração do capitalismo no campo através da extensão rural. Fazendo conferir os interesses

norte-americanos com os dos segmentos agroindustriais brasileiros, a extensão ganharia força trazendo tecnologia, produtividade e assistencialismo como bandeiras principais, além de reforçar a iniciativa da pasta de “educar para o trabalho”. (OLIVEIRA, 2013).

Em meados dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970, o Brasil construiu um complexo sistema de planejamento agropecuário com o ambicioso objetivo de orientar, coordenar, controlar e avaliar a intervenção do Estado na agricultura e o desenvolvimento do setor. Foi estruturado o Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário (SNPA) que, por sua vez, fazia parte da montagem do Sistema Nacional de Planejamento e Orçamento, institucionalizado em 1967. (PETTAN, 2010).

Esse período corresponde a uma fase de forte intervenção do Estado, com objetivo de promover a modernização da agricultura brasileira, para expandir a oferta agropecuária e diversificar as exportações, bem como, assegurar a normalidade do abastecimento doméstico. Acontece também a diminuição de investimentos norte-americanos e o aumento de recursos estatais, no qual a política extensionista passa a adotar um projeto de governo. Para Santos (2014):

Até final da década de 1970, predomina na ATER uma metodologia de transmissão do conhecimento baseada na concepção de que os saberes dos agricultores não serviam para alcançar a produtividade exigida pela doutrina da AIA. De acordo com o que preconizava aquele órgão, os serviços de ATER consistiam em aumentar a produtividade com menor uso de mão de obra possível. Os extensionistas não promoviam a participação dos agricultores no processo de formação, apenas procuravam induzir mudanças de práticas por meio de metodologias preestabelecidas que só atendiam aos interesses da agenda norte americana, culminando na implantação do modelo – difusionista produtivista que persuadia os agricultores para uma mudança de mentalidade materializada na aquisição de um pacote tecnológico modernizante. A disseminação desse modelo de ATER teve apoio do governo brasileiro por meio do “Programa de Cooperação Técnica Brasil/Estados Unidos” (grifos do autor), funcionando em conjunto com o Ministério da Agricultura e adotado em diversas faculdades de agronomia. (SANTOS, 2014, p. 35-36).

Aos poucos as estruturas da ACAR foram enfraquecidas com a criação de empresas estaduais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), essas trabalhavam também com recurso da União. Em 1973 foi constituída a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a qual significou a estatização de parcela considerável desses serviços que até então eram prestados de forma isolada e desarticulada.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1972-1974) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975-1979) privilegiaram os grandes empresários. O II PND

foi implementado em meio às várias crises ocorridas entre os anos de 1975 a 1979, momento também da ditadura militar. Neste período foram registrados os maiores índices de modernização da base técnica da agricultura e os serviços públicos de ATER. Assim, foi elaborado o III PND (1980-1985) e a agricultura aparece como um setor eficaz para solucionar boa parte dos problemas econômicos e, de novo, a pesquisa e a ATER, junto a outros instrumentos da política econômica, foram utilizadas para viabilizar a continuidade do processo de modernização da agricultura. (PETTAN, 2010).

Depois de 1988, com a Constituição Federal, o Estado passou a ter como umas das preocupações principais o desenvolvimento da agricultura e a distribuição de renda. Com isso a agricultura familiar e o agronegócio ganham evidência. No período da gestão do Governo Collor de Mello (1990-1992), com a extinção da EMBRATER em 1992, houve a cessão de repasses de recursos para os estados, trazendo graves consequências para muitas organizações nos estados mais pobres. Dessa maneira, somente nos estados que possuíam uma agricultura mais dinâmica e pujante é que estas se mantiveram ativas, seja via repasses de recursos ou contratos com agências internacionais, como o Banco Mundial. (BRASIL, 2014).

O Brasil passou por eventos importantes nesse período, ou seja, passou a adotar o princípio democrático de participação da sociedade nas instâncias de poder, tendo como fim último “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. Teve também os canais de participação efetiva nas decisões políticas do país, garantidos pela Constituição de 1988. Com crescente participação social, as mulheres, assumiram cada vez mais as bandeiras da igualdade de gênero e raça, influenciando decisivamente no aumento da participação feminina nos partidos políticos, alterando, inclusive, as estruturas internas dos partidos que passaram a incluir no seu organograma instâncias de organização interna das mulheres. (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010).

A ATER foi implementada após 2004, incorporando os novos paradigmas do desenvolvimento sustentável e as dimensões ambientais e sociais que, pela primeira vez foram consideradas pelo governo federal em um plano de desenvolvimento. Entretanto, em sua fase inicial, observou-se uma maior ênfase em processos biológicos na agricultura, motivados pelos efeitos da alta de preços do petróleo que afetava, sobretudo, os fertilizantes e defensivos (produtos químicos) e também o custo de deslocamento das máquinas e equipamentos.

O Brasil possui uma vasta experiência com a ATER, contudo sua atuação com as relações de gênero ainda é frágil e revela ausência de investimentos em formação e qualificação técnica. Isto é possível observar através da dificuldade dos técnicos/as em trabalharem as temáticas sobre o fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos, inclusão produtiva, autonomia financeira, equidade social, entre outras.

Uma dificuldade é o conteúdo de gênero presente na Política Nacional de ATER, pois muitos técnicos(as), coordenadores(as) e gestores(as), responsáveis por essa política pública, ainda não estão sensibilizados e capacitados para trabalharem com essa temática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços de ATER requerem esforços para além do enfoque de gênero, é preciso incluir também discussões com estratégias eficazes sobre geração, raça e etnia, pois essas relações sociais encontram-se interligadas. As ações de ATER desenvolvidas pelos técnicos(as) não contemplaram atividades específicas voltadas a construção da equidade social, cidadania, superação da discriminação, da opressão e exclusão das mulheres agricultoras familiares, quilombolas, entre outras.

Para que a ATER esteja comprometida com a construção de equidade nas relações de gênero deve privilegiar iniciativas que estimulem a participação feminina nos espaços decisórios e isso não foi observado na pesquisa em questão.

A equipe técnica apesar de reconhecer a importância das relações de gênero, não está preparada para atuar com as implicações desta temática, que é vista apenas como um tema transversal, em função das diretrizes das chamadas públicas. “O conceito filosófico de reconhecimento não se limita simplesmente à identificação de uma pessoa, mas, além de ter isso como premissa, requer que a essa pessoa seja conferido um valor positivo e que esse ato seja explícito (FERES; POGREBINSCH, 2010, p. 115).

O que aumenta a dificuldade dos técnicos(as) dialogarem e incorporarem sistematicamente as relações de gênero é a ausência de formação específica para trabalhar estas questões na chamada pública pesquisada, O Estado precisa urgentemente orientar e formar continuamente, através de um módulo sobre gênero e assistência técnica para mulheres, suas equipes e parceiros, para que estes desenvolvam sensibilidade, compreendam o enfoque de gênero, a realidade e as demandas das mulheres agricultoras familiares.

As atividades desenvolvidas no lote da chamada pública tendem a centrar nos aspectos produtivos do trabalho das mulheres agricultoras, não levou em conta as funções sociais e reprodutivas e não possibilitou o exercício da autonomia das mulheres, enquanto coordenadoras e diretoras de movimentos sociais, sindicato, associações e cooperativa.

Ao desenvolver ações de ATER é preciso articular e apoiar atividades específicas voltadas a construção da equidade social, cidadania, superação da discriminação, da opressão e exclusão, precisa também dar visibilidade a participação dessas na unidade produtiva familiar. A participação das mulheres na esfera produtiva precisa ser acompanhada de uma problematização da divisão sexual e social do trabalho e do reconhecimento do seu papel decisivo realizado no âmbito da produção.

Foi possível observar nesta pesquisa, que as orientações metodológicas utilizadas pela equipe de ATER, na chamada pública pesquisada, não inclui enfoques de gênero, embora façam parte da orientação do próprio edital. Nas atividades desenvolvidas não foi possível identificar ações que fortalecesse as mulheres agricultoras familiares enquanto sujeitos políticos, e nem possibilidade de inclusão e aquisição dos direitos sociais através de uma atuação mais ativa no debate sobre as políticas públicas, e definição dos próprios projetos de vida, com isso não rompeu também com a ideia que o trabalho das agricultoras familiares é considerado como ajuda.

## NOTAS

<sup>1</sup> O presidente em exercício, Michel Temer, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 30 de maio de 2016, e publicou no Diário Oficial da União o Decreto 8780, o qual determina que as cinco secretarias vinculadas ao MDA tornassem-se de responsabilidade da Casa Civil. São elas: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

<sup>2</sup> Segundo o INCRA a dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (BRASIL, 2017).

<sup>3</sup> Emerge quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 e/ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para este setor (BRASIL, 2006).

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997. **Anais...** Brasília: PNUD, 1997.

BRASIL. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. Brasil, 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Capacitação para os mecanismos de gênero no governo federal**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/spm\\_livro\\_web\\_mecanismo-de-genero\\_09-02.pdf](http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/spm_livro_web_mecanismo-de-genero_09-02.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2018.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COOPERA. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://coopera.agr.br/quem-somos.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CORDEIRO, R. de L.M; RUSSEL, P. S. **Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil**. Estudos Feministas, Florianópolis: UFSC, v. 7, n. 1-2, p. 419-423, 1999.

FERES JÚNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. **Teoria política contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERES Júnior, João; POGREBINSCHI, Thamy. **Teoria Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Disponível em: <[http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935\\_identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO Andreia. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo I** / Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2013.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências**. Campinas, SP: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000769739&fd=y>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

SANTOS, A. C. E. **Políticas públicas e desenvolvimento rural: contribuições e desafios da assistência técnica e extensão rural no município de Serrinha\BA**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2014.

SILVA, J. G. da. **Segurança alimentar: uma agenda republicana**. Revista, v.17, n. 48, p. 45-51, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200004)>. Acesso em: 17 maio 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.